

## AH! EU NÃO TENHO DÓ! EU FALEI.

João Carlos Cattelan (Unioeste)\*  
Luciane Thomé Schröder (Univel)

**RESUMO:** Analisando um enunciado ouvido *en passant* numa conversa cotidiana, este estudo busca apontar que os discursos são regidos pelas condições de produção em que ocorrem e corroborar a tese de que eles se delineiam a partir de embates travados com outros, negando-os ou tornando-os próprios. Busca-se, também, demonstrar que eles se ancoram em princípios de crença que sustentam o que é dito e que mostram que, para além das formações ideológicas e discursivas reconhecidas, existem princípios axiológicos gerais que assombram todos os discursos, constituindo um inconsciente coletivo que atinge, inclusive, o discurso ordinário, açambarcando a todos numa espécie de pesadelo ou devaneio coletivo.

Palavras-chave: Universo discursivo; Linguagem; Cultura; Discurso.

### Introdução

Vista de forma micro-sociológica, a sociedade se divide em formações ideológicas que se delimitam e possuem um terreno rigorosamente distinto de existência: aqui, a religião; ali, a política; acolá, as relações familiares. Em tese, cada uma constitui um quartel de combate, estratégias discursivas próprias, objetivos de existência peculiares e uma forma específica de lidar com as pessoas tidas, às vezes, como meras consumidoras passivas de crenças. Uma visada apressada pode, teimosamente, mantê-las em separado e as perceber como que atuando à distância: assim, “política e religião não se misturam”, “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” e “religião é algo para ser vivido nos templos”. Deste ponto de vista, cada formação ideológica é uma ilha isolada que não dialoga com as demais, não sofre injunções das outras e não está submetida a rever posicionamentos a partir de pressões externas.

Assumidas tais premissas, entre as relações cotidianas (família, conversa de bar, bate-papo de amigos, encontro casual) e os sistemas ideológicos relativamente acabados (religião, política, ciências), não haveria interferências. Por outro lado, neste sentido, nem mesmo entre estes últimos existiram penetrações de crenças e valores. Assim, cada discurso teria seu espaço de ocorrência, deixando de ser proferido, quando se apagam as luzes da instituição que o ancoram. Ilhas situadas em terrenos estanques e incomunicáveis, as formações ideológicas fariam do sujeito um conjunto de máscaras peculiares a ser usado em cada lugar por que circula. No entanto, este mundo organizado e bem comportado deve ser posto sob descrença, já que a relação entre as esferas é multilateral. Os discursos que veiculam as formações ideológicas fluem, influem, refluem e constituem espaços de troca, de combate, de busca de hegemonia, de silenciamento e de apagamento: uma profusão.

Pretende-se, por meio deste trabalho, atacar dois pontos: a) mostrar que os discursos

---

\* cattelan@brturbo.com.br

não são conjuntos de enunciados rigorosamente delimitáveis, cada um acontecendo na cena social que lhe é destinada, caindo no silêncio, quando se troca o espaço de interlocução. Objetivo pouco ambicioso, dado o fato de que a maleabilidade das formações discursivas, que correspondem às formações ideológicas e sustentam os discursos, é uma tese adquirida e que pode ser fartamente demonstrada pelos estudos da heterogeneidade. De qualquer forma, dedica-se a isto, porque o ponto é importante para a discussão posterior; b) estabelecida a interferência existente entre as formações discursivas e a maleabilidade das suas fronteiras, de certo modo, incontornáveis, discute-se um discurso proferido numa conversa de rua, ouvido *en passant*, e se reflete sobre a base cultural que lhe dá sustentação, postulando-se que, para além das formações ideológicas e discursivas canônicas, há crenças gerais que cruzam todos os discursos: uma patologia social; ou, sendo menos drástico: um superego cultural ou inconsciente coletivo: uma espécie de pesadelo discursivo.

## 1. Discursos não são ilhas

Por algum tempo, vigorou nos estudos do discurso a crença de que as formações discursivas, contraparte das formações ideológicas e sustentáculo dos discursos, seriam ilhas isoladas, compostas por enunciados descritíveis e analisáveis. Com contornos claros, elas não seriam afetadas pelo exterior que as constitui, formando um discurso peculiar e se mantendo em separado das demais. Assim, para Maingueneau (1989, p. 14), uma formação discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica e lingüística dada, as condições do exercício da função enunciativa”. Neste sentido, o produtor do discurso não é nem o ser empírico que o profere, nem o indivíduo psicológico responsável por ele. Dever-se-ia considerar o ato enunciativo como isomorficamente relacionado “às condições de exercício da função enunciativa”. Os sujeitos seriam uma função e se caracterizariam pela intercambialidade da posição enunciativa; sendo este ou aquele o locutor, os enunciados estariam disponíveis no arquivo da formação discursiva e ele não faria mais que repeti-los.

Por mais que todos estes postulados já tenham recebido críticas e tenham refeito seu trajeto, enfatiza-se o princípio de que uma formação discursiva não surge monoliticamente e nem se constitui a não ser pela relação polêmica e negativa que trava com outras, que a fazem se redimensionar continuamente. Para Maingueneau (1989, p. 112), J. J. Courtine e J. J. Marandín criticam a excessiva vontade de ‘apreensão do idêntico’ que animava a AD. Esta disciplina teria se caracterizado, num certo momento, “como um projeto de eliminação sistemática de toda forma de heterogeneidade” (p. 112). A obtenção da homogeneização dos discursos e da assepsia dos enunciados se alcançaria, segundo os autores, por um trabalho de “filtragem tríplice”, permitindo o ‘malogro da heterogeneidade’. A obtenção do apagamento do que deveria ser considerado um corpo estranho dentro de uma formação discursiva teria o seguinte suporte metodológico:

- 1) supõe a existência de *um* discurso homogêneo e sobre esta base constitui um corpus tão exaustivo quanto possível; 2) extrai deste corpus seqüências

organizadas em torno de unidades lexicais-pivôs, o que torna o corpus ainda mais homogêneo; 3) por fim, reforça esta homogeneidade, reduzindo a diversidade das estruturas sintáticas a esquemas elementares (uma construção enfática, por exemplo, será transformada em uma estrutura ‘neutra’) (grifos do autor).

Estabelecida esta metodologia de trabalho com o corpus selecionado, uma formação discursiva se veria reduzida a uma ilha homogênea, contornável e delimitada, que não se debate num mar de enunciados que a alcança, questiona, polemiza e a constitui, embora provenha de terrenos não necessariamente ortodoxos. Com isso, a heterogeneidade, o dialogismo e a polifonia se veriam alijados do campo discursivo. E, principalmente, a polêmica se diluiria e não teria lugar para se instaurar. Mas, como alertam os autores, “O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como *uma fronteira que se desloca* em função dos embates da luta ideológica” (Maingueneau, 1989, p. 112) (grifos do autor).

Uma formação discursiva não seria, portanto, um bloco monolítico, mas seu traço essencial residiria na maleabilidade e na plasticidade de sua constituição, já que, imersa num universo discursivo profuso e prolixo, ela travaria relações de confronto, obrigando-se a ratificar o que defende, tendo que rever alguns de seus postulados e apagando outros tantos por se tornarem indefensáveis. Submetida à inexorabilidade do interdiscurso, uma espécie de pesadelo que atravessa ubiquamente os discursos, ela se manteria viva, se aceitasse se alterar e se constituir sobre limites flutuantes, reconfigurando-se pela incorporação de enunciados construídos fora dela, pela reedição de enunciados próprios e pelo apagamento, denegação ou esquecimento de enunciados próprios. Para Maingueneau (1989, p. 113), “Como se vê, contrariamente às representações espontâneas dos sujeitos, a formação discursiva aparece como o lugar de um trabalho no interdiscurso; ela é um domínio ‘inconsistente’, aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da ‘visão de mundo’ de um grupo social”.

Como esta apresentação permite concluir, os discursos não nascem de si mesmos, dando-se uma origem e se erigindo por conta própria, mas sim do confronto e da relação polêmica com outros, e nem são blocos homogêneos, infensos a interferências externas, obrigando-se a se constituir no entremeio de enunciados que os fazem se redesenhar a cada nova batalha. Assim, o interdiscurso que os caracteriza, na dupla dimensão de relação com uma exterioridade e com uma interioridade, que, às vezes, é ratificada, mas, às vezes, é denegada, obriga-os a se moverem, tomando outras figuras para se manterem relevantes socialmente. Mas, como foi afirmado, isto tudo está estabelecido pelos teóricos do discurso e, se foi escolhido enfatizar um ponto tão bem estabelecido, é porque ele dá amparo e é o mote inicial para que se possa derivar um pleito mais amplo do que o reconhecimento de que as formações discursivas se constituem em relação polêmica com outras: não que isto não seja verificável e já não tenha sido admitido.

O que se quer estabelecer é que, além de se tecerem a partir do choque com outras formações discursivas de um espaço discursivo (Maingueneau, 2005), elas se tecem a partir de uma formação discursiva geral, que, como uma patologia, um pesadelo, um superego, um

inconsciente coletivo, uma prática cultural ou um conjunto de discursos basilares, atravessadas, fazendo-se presente em todas e lhes dando alguns princípios a partir dos quais elas constroem seus castelos lógicos e suas teses básicas de argumentação. O que se quer ressaltar é que as formações discursivas podem ser reconhecidas e delineadas; que elas se fazem no intervalo que as distancia/aproxima de outras; que elas correspondem a uma formação ideológica, se assim se desejar; que elas sustentam os discursos que se fazem. Mas elas se constituem, este é o ponto, também a partir de matrizes mínimas que lhes são vida: ou, se a tese for muito radical, a partir de enunciados matriz que aparecem em todas elas. Quanto mais fundo se vai na interpretação discursiva de um texto, mais perto se chega de princípios axiológicos gerais dados por discursos seculares ou milenares que conseguem se manter intactos e propiciam a sustentação para que se diga isto e não aquilo. Tentando sumarizar a tese: se afirmar que as diferenças entre as formações discursivas são mais superficiais do que se imagina for forte demais, pelo menos, deve-se admitir que, se não todos, uma determinada parte de seus enunciados tem a mesma base de sustentação: pode-se dizer que há uma matriz ideológica ou cultural geral que as assombra e nelas se faz presente: uma voz que engendrou um valor cultural; uma dêixis, às vezes, perdida no tempo faz-se ouvir, se não em todas, em mais de uma formação discursiva, confirmando a tese de Barthes (1997, p. 31) de que “é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões”, diga-se, neste caso, coerções que se aplicam sobre o campo amplo dos discursos e não a um ou dois deles apenas.

## **2. Ah! Eu não tenho dó!**

O enunciado analisado com mais demora goza deste privilégio por ter sido o primeiro, numa seqüência de eventos, que deixou de passar despercebido, mas, com certeza, houve casos anteriores em que o mesmo efeito de sentido foi veiculado, porém ainda não se estava preparado para ouvir e deixar a relação dialógica acontecer. Ele ocorreu num domingo, à entrada do restaurante. Três mulheres conversavam calorosamente sobre a problemática que afetava a vida de uma delas: o fato de o irmão ser usuário de drogas. No momento, o mesmo se encontrava internado e acusava a família de o ter abandonado e ter imposto sobre ele uma série de sacrifícios decorrentes da abstinência e da ausência de amigos e familiares. Entre expressões consternadas de pena e de tentativas de reflexão racional sobre a problemática que era tema do debate, a um enunciado de uma das colegas, que se dizia sensibilizada com a situação vivida pelo moço, a irmão do rapaz afirmou:

**1) Ah! Eu não tenho dó! Eu falei, minha mãe falou, até a psicóloga falou.**

Pode-se admitir que efeitos de sentido de desalento e desânimo, de descompromisso e omissão e de desistência e abandono se mesclam no discurso. Embora, como o enunciado permite inferir, tivesse sido insistentemente alertado por pessoas de diferentes pesos sociais, o não menos persistente irmão da locutora teria permanecido cativo da pouca força de vontade que o mantinha preso a um modelo prejudicial para si e para os seus familiares. Muitos o

teriam alertado sobre o problema em que vivia, e mais de uma vez, e nada disso havia dado resultado, o que leva a autora a encontrar uma desculpa para o fato de estar desistindo da busca da resolução do problema; e mais: a deixar, inclusive, de se sentir penalizada com o drama vivido pelo ente familiar, aparentando, explicitamente, não se importar com os eventos desagradáveis vividos por ele.

Se for considerado que um enunciado diz mais sobre quem o profere do que sobre o tema abordado, devendo ser tomado como denúncia e não como produção de conteúdos, duas questões devem ser abordadas e, por conseqüência, o paradoxo que se cria entre elas. A autora efetua uma afirmação enfática sobre não ter compaixão do irmão, valendo-se, para tanto, do advérbio de negação *não*. Acreditando-se nos estudos de Freud (1966, 1969), uma negação, às vezes (este parece ser um destes casos), deve ser lida como uma afirmação, ou seja, uma negação pode ser tão somente uma denegação, ou seja, uma afirmação feita por meio de uma negação, de onde se poderia concluir que ela continua penalizada, mas diz não estar, para relaxar da tensão a que está submetida. Em verdade, ela ainda teria dó do irmão e a negação viria como uma maneira de dar vazão a uma vontade de não estar vivendo a situação abordada. Neste sentido, o conjunto de argumentos arrolados na seqüência é utilizado como forma de buscar recalcar o sentimento de culpa que se instaura, quando a autora parece estar fazendo a opção pelo abandono do ente familiar, deixando-o à sua própria sorte. Os argumentos (*eu falei, minha mãe falou e até a psicóloga falou*) e a negação utilizada buscariam, portanto, dar o conforto necessário àquele que está se recusando a realizar uma tarefa que a sociedade estabeleceu como obrigatória para o convívio familiar.

Trilhando esta opção de leitura, ter-se-ia, por um lado, a recusa a desempenhar uma atitude esperada (ter dó, com as suas conseqüências) e, por outro, um conjunto de argumentos que viriam dar sustentação à opção feita, apaziguando a consciência de quem se julga em falta (afinal, sempre parece ter que haver um culpado). Entretanto, a autora não estaria enunciando mais que um paradoxo, já que a própria negação revelaria que o enunciado percorre um outro traçado do que aquele que aparece no seu plano explícito: a autora continua a ter compaixão e nem poderia ser de outra forma, já que, tanto social quanto psicologicamente, o compromisso e a responsabilidade sobre o irmão “anormal” são injunções irrecusáveis. Este parece ser um caminho promissor, mas ele, sem ser negado, é abandonado a partir daqui, por não se ter conhecimento suficiente de psicanálise para levar a discussão com consistência até o final.

Constrói-se a partir de agora um outro norte de discussão (insiste-se: sem negar a denegação apontada, até porque, no fim, ela será ratificada), que, meramente, para efeitos de organização da análise, considera a afirmação da autora como conseqüente e positiva: simula-se, então, que ela realmente estaria saturada com a situação e pretende permitir que as coisas aconteçam, sem se sentir culpada ou responsável por elas: ela estaria fazendo a opção por não ser arrogante e deixar que cada um resolva os seus próprios problemas. Embora este foco de olhar pareça se chocar com o anterior, ele é mantido pelo fato de se observar que paráfrases suas ocorrem em diferentes lugares e a negação parece ser dita de forma oficiosa, permitindo o amparo para a tese de que isto também ocorre nele, embora o que aconteça nos outros, em geral, também não seja mais do que denegação. Deste ponto de vista, assume-se, por ora, que a autora realmente não teria dó das agruras vividas pelo irmão e os argumentos contribuiriam para ela justificar a razão para esta atitude.

Ao enunciar *Ah! Eu não tenho dó!*, a jovem sabe que abre as portas para que um conjunto de encadeamentos conclusivos se façam a seu respeito: ela poderia ser tida como uma pessoa omissa, irresponsável, descomprometida e cruel. De forma consciente ou não, a locutora reconhece a mentalidade cultural que se avoluma ao seu redor e a ela se submete, tentando, no entanto, relacionar uma série de motivos para não levá-la à prática. Antes que as interlocutoras tirem conclusões sobre o caráter reprovável da colega, ela apresenta uma listagem de argumentos que busca orientá-las para a conclusão de que a sua opção não revela falta de caráter. O conjunto de argumentos, em conjunto ou individualmente, cria efeitos de sentido sobre os quais se passa a refletir a partir de agora, tentando compreendê-los um pouco mais profundamente.

O primeiro ponto a destacar se refere à crença em relação ao poder da palavra e do discurso. Nos três enunciados/argumentos, valendo-se do paralelismo sintático criado com formas flexionais de *falar*, é enfatizado o fato de o irmão ter sido alertado sobre o problema. Com *falei, falou e falou*, reitera-se que inúmeros avisos foram dados e se assume a premissa de que eles deveriam surtir efeito, já que a palavra teria o poder de moldar as consciências, transformando o ser no que se deseja. Deve-se perceber a antítese que se cria neste caso, pois, por um lado, admite-se que a consciência do irmão foi modelada pelo discurso e, no entanto (e aí está o desconsolo), ela não se deixa modelar por outro, aparentemente mais caridoso e humano. Assim, a culpa não estaria apenas no irmão, mas na palavra, que ora tem um poder inexplicável, ora tem poder nenhum: uma brisa. Pode-se perceber que, para a autora, o discurso poderia libertar o irmão, mas ele não o faz e a culpa, então, é de ambos: do discurso e do irmão. A palavra foi realmente dirigida a ele, mas não surtiu o mesmo efeito daquela que o levou a tornar-se dependente. Nas palavras da locutora, percebe-se a reedição do *fiat lux* divino, reafirmando que a palavra constrói o mundo e o faz existir, reconstituindo-o.

Por outro lado, o mesmo enunciado reedita o discurso já repisado exaustivamente de que o homem é dotado de livre arbítrio e pode fazer as opções que desejar, podendo ser elas as mais interessantes para si, mas também as que lhe prejudicam. Dada a somatória entre o poder do discurso, que deveria ocorrer em função dos avisos repetidos, e a possibilidade de livre escolha por parte do irmão, não haveria explicação para ele continuar vivendo no caminho em que se encontra. Junte-se a crença na autonomia de cada um e no poder do discurso reiteradamente proferido e se podem captar duas justificativas (e dois desconsolos) para o suposto descompromisso frente aos problemas vividos pelo irmão da jovem. Ao homem dotado de livre arbítrio (“Vai e não peques mais”) e alcançado pelo discurso esclarecedor, não poderia restar outra alternativa, se não refazer o trajeto e se emendar. Denuncia-se, então, a falta de percepção da falibilidade, da fraqueza e da impotência humana (seja da irmã ou do irmão: ou de todos) frente à vida e a determinadas situações.

No rol dos argumentos usados, a locutora revela percepções culturais, que, é óbvio, não foram criadas por ela, vindo algumas, inclusive, a depor contra si mesma. Por meio do operador argumentativo *até* (Ducrot, 1987), a autora estabelece uma gradação de valor entre os argumentos apresentados para *não ter dó*, avançando numa escala que vai do mais fraco para o mais forte. Ao afirmar *eu falei*, remetendo, por meio do dêitico *eu*, a si mesma, ela usa um argumento para se defender da acusação de omissão, mas, ao mesmo tempo, coloca-se como a voz menos adequada para obter a eficácia desejada, já que os discursos da mãe e da

psicóloga deveriam ter mais poder do que o seu. Por meio do reconhecimento da maior importância das outras duas vozes, a autora, mesmo que não saiba, admite a quase nulidade do valor do discurso do jovem, que, sendo menos experiente, não poderia almejar servir como parâmetro mais efetivo para atuar sobre alguém da mesma faixa etária. Pode-se detectar, neste caso, o atravessamento da voz da locutora por um enunciador que, desde tempos imemoriais, afirma a ingenuidade da criança e a inexperiência do jovem: duas vozes desautorizadas. O discurso da autora soa como de dissesse: *não sou omissa; eu falei, mas reconheço que o meu discurso é pouco poderoso, porém tentei fazer algo; se há alguma culpa aqui, ela não é minha, mas do discurso proferido por mim, que não tem a mesma eficácia que o produzido por outras vozes*. Seja pelo seu discurso não ter o poder almejado, seja pelo fato de vozes mais poderosas também não obterem o fim almejado, a autora busca uma forma de se desculpar e justificar a indiferença que afirma existir da sua parte.

O segundo argumento apresentado, *minha mãe falou*, revela, como no primeiro caso, a percepção valorativa que a locutora tem em relação às vozes sociais. Posto numa escala intermediária entre a voz da jovem e a da psicóloga, o discurso da mãe é apresentado como superior num determinado sentido, mas inferior em outro: superior em relação à autora; inferior, em relação à psicóloga. Pode-se afirmar que o valor que a jovem atribui a este segundo locutor não vem de uma escolha sua sobre a que discurso dar maior ou menor peso. A figura da mãe é tomada, ratificando todos os estereótipos e mitos relativos a ela. Tida como alguém mais afetivo e emocional, a quem competiria a educação dos filhos, a mulher seria portadora de virtudes como a paciência, a bondade, a compreensão e o amor à toda prova, não desejando nunca o mal de um filho seu. Associe-se a pretensa maior experiência do adulto, o poder do amor maternal, com o seu desvelo, e o poder da palavra, com a sua eficácia, e se pode entender por que se torna inconcebível que alguém, alcançado pelo discurso desse ser abnegado e que lhe deu a vida possa se recusar a entender a necessidade de mudança. Neste argumento, ratificam-se as crenças na maior experiência e saber do adulto, no amor incondicional da mãe e nos poderes curativos que a família teria. E, assim como o primeiro argumento, o segundo também se constitui numa razão para a omissão e a falta de pena com relação a quem passa por dificuldades. Revelando a percepção cultural do discurso da mãe e do adulto, a jovem também denuncia a si como omissa, embora tente encontrar uma explicação racional para a sua falha.

Com a apresentação do terceiro argumento, por fim, a autora, a partir da escala argumentativa hierarquicamente construída, apresenta a principal razão para a sua não sensibilização frente à situação vivida por aquele que é o tema da conversa: *a psicóloga falou*. Pode-se afirmar que esta voz é tomada por ela como um discurso eficaz e que é inconcebível que ele não tenha surtido efeito. Se isto ocorreu e o renitente continua imerso na problemática em que se encontra, nada mais há que possa ser feito, pois, além da própria voz, admitida a sua pouca experiência e não especialização, e da sua mãe, caracterizada pelo amor maternal e pela experiência do adulto, o discurso da psicóloga, como a voz do especialista acadêmico e do cientista reconhecido socialmente como competente, entrou em cena, mas não obteve resultado. Na seqüência hierarquizada dos argumentos, com o discurso da psicologia sendo colocado como o mais preparado, a jovem revela o valor social comumente dado à ciência, que se sobreporia, inclusive, ao amor incondicional da mãe. Eis outro traço que caracteriza o

seu imaginário: a ciência gozaria de um prestígio social que proviria da sua eficácia.

Assim, a locutora estaria plenamente justificada: ela falou e não se omitiu; sua mãe falou a partir da hierarquia de papéis sociais que a ampara e tendo o suporte do amor que a tipifica e não obteve resultado; até a psicóloga falou, valendo-se da referência social a ela concedida pela academia que lhe fez portadora de um discurso tido como esclarecido e eficaz, mas não obteve êxito: isto tudo desculpabiliza a jovem pela falta de compromisso que afirma ter. Se ela falou, embora seu discurso tenha pouco valor; se sua mãe falou, e este é um discurso avalizado; se a psicóloga falou, e este é um discurso especializado, ela está justificada e não poderia ser acusada de omissa, relapsa, insensível ou egoísta.

No entanto, e retomando o fio de raciocínio psicanalítico anteriormente esboçado, caberia perguntar se a negativa da jovem deve ser tomada, como uma afirmação positiva: e a resposta deve ser negativa, já que é bem provável que a autora continue a sentir pena e, frente a uma nova manifestação da problemática, ela se condoa e se envolve. Pode-se, pois, afirmar que a argumentação construída se relacione mais com o auto-convencimento e a auto-defesa frente a algum tipo de acusação que possa vir a sofrer (na verdade, muito mais uma atribuição de culpa vinda de si mesma), do que com a apresentação de argumentos racionais que convençam as interlocutoras sobre um ponto de vista. Na verdade, o processo de argumentação parece estar destinado muito mais a encontrar razões para apaziguar a consciência momentaneamente frente à atribuição de culpa que a autora imputa a si mesma.

Com isso, chega-se ao ponto que se julga ser mais relevante na discussão sobre o sistema de crenças que sustenta o discurso da jovem: ele poderia ser caracterizado como o princípio da culpabilidade que a sociedade instaura, tão logo qualquer desvio à normalidade estabelecida ocorra. Frente a qualquer ruptura com o previsto, imediatamente se instauram tribunais que procuram e julgam culpados: não é preciso que este tribunal esteja localizado no exterior do sujeito ou se encontre formalizado numa instituição, Ele está em cada um e aí atua de modo a estabelecer a culpabilidade, mesmo que a responsabilidade seja atribuída de um ponto de vista aparentemente subjetivo, pois, como afirma Bakhtin (1999, p. 48), “o fenômeno psíquico, uma vez compreendido e interpretado, é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social”. Para além dos outros princípios de crença que ancoram o discurso da jovem, um deles se constitui no alicerce geral para o discurso articulado por ela: o princípio da culpabilidade, engendrado pelo “poder que está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social” (Barthes, 1997, p. 11) e que leva cada um a perceber-se como culpado, sem que tal atribuição tenha que vir de alguém que lhe aponte a falha cometida.

### **Considerações finais**

Retomando o objetivo central deste estudo que, relembra-se, busca demonstrar que os discursos não são ilhas e, mais do que isso, são todos assombrados por valores comuns e ubíquos, sumarizam-se os princípios de crença que se revelaram por meio da análise do processo argumentativo constituído no enunciado analisado. Ela, mesmo sem o saber, desprestigia o discurso dos mais jovens, entendendo-os como mais ingênuos e inexperientes;

pressupõe o livre arbítrio e o autodomínio por parte das pessoas; acredita no poder redentor da palavra e do discurso; considera o homem como tendo poder sobre si mesmo e sendo capaz de evitar a falibilidade; ratifica as crenças relativas ao papel desempenhado pela figura maternal; reitera os valores associados à família e à hierarquia existente nela; considera o adulto como alguém portador de experiência e sabedoria e corrobora a suposta eficácia do discurso da ciência. E, dando sustentação a tudo isso, pode-se encontrar a pressuposição da culpa pela falha frente a que poderia ser acusada de omissão, por estar se negando a saná-la, embora sua negação tenha o caráter de uma denegação. Uma reflexão um pouco mais demorada permite perceber que estes são eixos de reflexão que não são constituídos *ad hoc*. Eles atravessam tempos, instituições, pessoas e lugares, dando um conjunto de pressupostos sobre o qual um número infindável de discursos se desdobra e ressoa.

Pode-se afirmar a partir da discussão que, se, de um ponto de vista micro-sociológico, as formações discursivas e ideológicas parecem mais tranqüilamente delimitáveis (embora se admita a sua intersecção), de um ponto de vista macro-sociológico, os discursos são muito mais semelhantes do que de poderia imaginar, tendo como pano de fundo um horizonte social e cultural que assombra a todos, fazendo-os menos diferentes do que pretendem ser: muitos princípios axiológicos se encontram em todos eles, dando-lhes, às vezes, os valores maiores sobre os quais se organizam. Um fantasma milenar os açambarca, transformando suas diferenças numa espuma tão rala e numa brisa tão suave que o menor sopro de vento desfaz, fazendo vir à tona seus valores fundamentais e o verniz superficial que os caracteriza. Pensa-se ser definitivamente relevante perceber que princípios são esses, se o desejo for que outras vontades tenham espaço de realização e isso só se faz possível percebendo os valores efetivos com que se pactua e, por meio da sua explicitação, criando espaços de ruptura e de sonho. Os discursos, e também os ordinários, estão ancorados em alicerces duradouros de crenças e eles são repetidos à exaustão criando efeitos de verdade que parecem irrevogáveis. Compreender que alicerces são esses e porque se acredita neles é o passo inicial para que se compreenda em que mundo se vive, que valores se professa e que valores outros poderiam ser assumidos.

Para concluir e tornar pouco mais consistente a tese defendida, apresentam-se dois exemplos em que muitas das reflexões expostas durante o estudo são reeditadas. Chama-se a atenção para o fato de que, diferentemente do enunciado analisado, ocorrido numa cena cotidiana, eles ocorreram, respectivamente, durante a pregação de um pastor num programa televisionado (discurso “religioso”) e durante uma aula, ironicamente, de Análise do Discurso (discurso “pedagógico”). Ei-los:

- 2) **Minha amiga, você fez o que pôde: alertou e avisou; descanse e deixe nas mãos de Deus.**
- 3) **Já falei tanto, já lutei tanto, já repeti tanto e nada: às vezes, tenho vontade de desistir.**

Em ambos, acredita-se, pode-se ouvir as vozes distantes, mas perenes, plenipotentes e insidiosas que afirmam o poder do discurso, o livre arbítrio dos homens, a infalibilidade do ser humano e a impossibilidade de deixar de cumprir um papel estabelecido socialmente, mas, principalmente, e acima de tudo, que engendram o erro, a culpa e a alienação a um problema sobre o qual se julga ser responsável. Mas “tudo continua como dantes no quartel de Abrantes”; afinal, “cada um deve carregar a sua cruz”: é o que se afirma o tempo todo. É uma

pena que essa denegação da culpabilidade sobre determinados problemas pareça não alcançar aqueles de origem econômica, em que pessoas não têm uma vida digna por serem exploradas por outras. Neste caso, o sistema entra em cena para dar as desculpas necessárias para aqueles que poderiam sentir remorso em relação a determinadas situações, dando-lhes desculpas para a omissão e os “ouvidos moucos” que os caracteriza, fazendo, na sua boca, a negação ser apenas uma negação e não uma denegação. Mas a afirmação de que uns nasceram para serem ricos e outros, para serem pobres é apenas mais um dos valores culturais ontologizados, dada a atemporalidade que os caracteriza e a penetração carnal que lograram alcançar nos discursos das mais diversas naturezas.

Espera-se que a discussão realizada, aqui, tenha o poder, mínimo, de chamar a atenção para o fato de que os discursos produzidos, todos eles, estão ancorados em princípios de crença e de pertença, os quais se professam e se defendem, embora, em geral, não se tenha consciência de que se está pactuando com eles. Trazer à tona estes valores, elucidar as bases pressuposicionais que sustentam os discursos e perceber que eles podem ser articulados a partir de outros princípios parece ser uma tarefa inadiável e necessária.

**ABSTRACT:** Analysing a statement heard “en passant” in a daily conversation, this study seeks to point out that the discourses are prevailed by the production conditions in which they occur, and it also corroborate the thesis that they delineate themselves from the discourses when faced to other ones, denying or incorporating them. It also seeks to demonstrate that they anchor themselves in general principles of believes that sustain what is said and which point out that, besides the typical ideological discourse formation there are general axiologic principles that haunt all the discourses, stablishing a collective unconsciousness that spreads itself on the daily discourses and that it abroaches all the involved ones in a kind of collective nightmare or wandering.

**Keywords:** Discursive universe; Language; Culture; Discourse.

<sup>1</sup> Embora a grande maioria das obras mencionadas nas referências bibliográficas não apareça citada no decorrer deste estudo, está-se fazendo a opção por mencioná-las, já que elas dão o amparo teórico geral que é levado em consideração ao longo da discussão.

## Referências

- ACHARD, Pierre (et al). *Papel da memória*. (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999. 71p.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. (Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421p.
- \_\_\_\_\_. *Discurso na vida e discurso na arte*. (Trad. Cristóvão Tezza). New York: Academic Press, 1976, 23p (inédito).
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. (Trad. Paulo Bezerra). 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 275p.

- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. (Trad. Mario Laranjeira). São Paulo: Martins Fontes, 2000. 237p.
- \_\_\_\_\_. *Aula*. (Trad. Leyla Perrone-Moisés). 6.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1997. 89p.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. (Trad. Sergio Miceli e outros). 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 188p.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. (Trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158p.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Trad. Maria Manuela Galhardo) Rio de Janeiro: Difel, 1990. 244p.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. (Rev. Trad. Eduardo Guimarães). Campinas: Pontes, 1987. 222p.
- ECO, Umberto. *O signo de três*. (Trad. Silvana Garcia). São Paulo: Perspectiva, 1991. 263p.
- \_\_\_\_\_. *Lector in fabula*. (Trad. Atílio Cancian). São Paulo: Perspectiva, 1986. 219p.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação e superinterpretação*. (Trad. MF). 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 184p.
- \_\_\_\_\_. *As formas do conteúdo*. (Trad. Pérola de Carvalho). 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 184p.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. (Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro). Lisboa: Veja Passagens, 1992. 160p.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. (Trad. Raquel Ramallete). 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 262p.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996. 80p.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. (Trad. Roberto Machado). 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 285p.
- FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da vida cotidiana*. (Trad. Álvaro Cabral). 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. 205p.
- \_\_\_\_\_. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. (Trad. Margarida Salomão). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. 247p.
- \_\_\_\_\_. *Totem e tabu*. (Trad. Órizon Carneiro Muniz). Rio de Janeiro: Imago, 1999. 168p.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar da civilização*. (Trad. José Octávio de Aguiar Abreu). Rio de Janeiro: imago Ed., 1997. 116p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. (Trad. Freda Indursky). Campinas: Pontes, 1989. 198p.
- \_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005. 189p.
- SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: um ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. (Trad. Luiz Fernando P. N. de Franco). Campinas: Edunicamp, 1990. 502p.
- SOKAL, Alan e BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos*. (Trad. Max Altmann). 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001. 316p.

Data de envio do artigo: 26 de março de 2006.